



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639982 - RS (2021/0010615-7)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : VITOR CARLOS FROZZA PALADINI E OUTRO
ADVOGADOS : VITOR CARLOS FROZZA PALADINI - RS098253
LUIZA COI AMARAL - RS118938
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : NELSON ANTONIO DA SILVA FERNANDES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de NELSON ANTONIO DA SILVA FERNANDES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (N. 5053900-02.2020.8.21.7000).

O paciente foi beneficiado com a progressão de regime e lhe foi concedida prisão domiciliar com monitoramento eletrônico.

Ao agravo em execução interposto pelo Ministério Público foi dado provimento.

Consta que o Tribunal decidiu anular a decisão de primeiro grau e determinou que outra seja proferida com a prévia manifestação do Ministério Público e da defesa, determinado o retorno do paciente ao regime fechado.

O impetrante sustenta que "será um retrocesso a todos aspectos antes referidos, sobretudo no atual cenário pandêmico mundial, uma vez que, trata-se de apenas portador de significativo problema cardiovascular com 59 anos 11 meses e 10 dias.

Em vista disso, acaba por integrar o grupo considerado de risco relativo a pandemia do novo Coronavírus e que por sua vez, merece e necessita de cuidados extremos.

Requer, em liminar, sejam suspensos os efeitos do acórdão atacado. No mérito, pugna pela concessão da ordem para a prisão domiciliar do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 639.440/RS.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência